



2146 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A REDE DO MOVIMENTO PELA BASE E SUA INFLUÊNCIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
Luciane Oliveira da Rosa - UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A pesquisa abordará a constituição do Movimento pela Base e sua participação na construção do documento Base Nacional Comum Curricular. Parte-se do questionamento sobre o destaque dado às Competências Gerais na BNCC. Os dados foram coletados em sites na internet, do Movimento pela Base, das Instituições e do Portal da Base. Para discutir este tema conta-se com a contribuição de Ball (2014), Foucault (2010), Freitas (2014). O presente artigo trará inicialmente um breve histórico da construção da BNCC e sua equipe de elaboração. Em seguida apresentará a Rede do Movimento pela Base e a influência na produção do texto do documento. Posteriormente será analisada a ligação do Movimento pela Base com a ênfase dada às Competências.

Palavras-chave: Movimento pela Base. Base Nacional Comum Curricular. Competências

A REDE DO MOVIMENTO PELA BASE E SUA INFLUÊNCIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Resumo

A pesquisa abordará a constituição do Movimento pela Base e sua participação na construção do documento Base Nacional Comum Curricular. Parte-se do questionamento sobre o destaque dado às Competências Gerais na BNCC. Os dados foram coletados em sites na internet, do Movimento pela Base, das Instituições e do Portal da Base. Para discutir este tema conta-se com a contribuição de Ball (2014), Foucault (2010), Freitas (2014). O presente artigo trará inicialmente um breve histórico da construção da BNCC e sua equipe de elaboração. Em seguida apresentará a Rede do Movimento pela Base e a influência na produção do texto do documento. Posteriormente será analisada a ligação do Movimento pela Base com a ênfase dada às Competências.

Palavras-chave: Movimento pela Base. Base Nacional Comum Curricular. Competências

O processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) durou três anos e contou com um texto preliminar e três versões (MOVIMENTO PELA BASE, 2018a) que serão apresentadas aqui. Durante este percurso fatos ocorreram influenciando a produção do texto do documento e marcando-o com a troca presidencial e da equipe de elaboração. Na disputa pelo poder de voz o Movimento pela Base vence e com sua rede de apoiadores propõe soluções colaborativas (BALL, 2014), e conseguem dar destaque para as competências gerais oriundas da lógica de mercado. Este artigo apresentará o histórico da BNCC, a Rede do Movimento pela Base e a influência na ênfase dada às competências no texto final do documento. Para a pesquisa os dados foram buscados em sites da internet e a rede foi construída com inspiração em Ball (2014).

A Construção da BNCC

A BNCC tem sua trajetória embasada em marcos legais da Educação Brasileira (BRASIL, 2017, p.10). Inicialmente a Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 205, determina a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, além disso, a Carta Constitucional (1988) que previa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental em todo o país. Posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) determinou que os currículos da Educação Básica tivessem uma base nacional comum contemplada por uma parte diversificada. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 1990, na revisão e substituição das DCN em 2000 esta mesma orientação curricular esteve presente, assim como, nas novas DCN em 2010 que ampliaram o conceito de contextualização, incluindo a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e diversidade cultural de cada comunidade. Já o Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na meta 07 reitera a necessidade de uma base nacional.

Em conformidade com os marcos, em 2014 iniciou-se a elaboração da proposta da BNCC. No mandato da presidente Dilma Rousseff foi elaborada a Versão Preliminar da BNCC. Contando com professores pesquisadores da educação, de diversas Universidades Públicas e Particulares de diferentes regiões do país, com integrantes do Consed e INEP.

Assim o MEC disponibilizou documento preliminar intitulado "Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento" (BRASIL, 2014). O documento apresentou, as Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, os Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento e a contribuição das áreas de conhecimento na realização do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento. O objetivo deste documento orientador acerca de uma política curricular para a Educação Básica era promover um amplo debate nacional sobre os direitos de aprendizagens e desenvolvimento e servir de referência para que as áreas do conhecimento produzissem os delineamentos para a BNCC.

Posteriormente o MEC instituiu por meio de Portaria a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC, definindo a composição desta comissão e sua atribuição. Estabeleceu que seria composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da

Federação. (BRASIL, 2015). Esta portaria garantiu presença da diversidade cultural do país na elaboração do texto das primeiras versões da BNCC, que inclusive traziam explicitamente a diversidade em forma de imagem na capa da Primeira e da Segunda versão da base.

Em setembro de 2015 o MEC divulgou a Primeira Versão da BNCC. No comando do Ministério estava Renato Janine Ribeiro. Nesta versão deu-se continuidade às discussões da Versão Preliminar e apresentou-se os Campos de Experiências, Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e os Direitos de aprendizagem. De outubro de 2015 a março de 2016 a BNCC foi apresentada em Seminários e Fóruns pelo país e aberta para consulta pública online, na qual recebeu mais de 12 milhões de contribuições.

Na sequência, em maio de 2016, considerando as contribuições recebidas, relatórios analíticos e pareceres críticos, o MEC disponibilizou a Segunda Versão da BNCC. Um documento com maior número de páginas e com aprofundamento nas discussões de conceitos e temas. No comando do MEC estava Aloizio Mercadante. Entre junho a setembro de 2016 o texto do documento foi debatido por professores e gestores em seminários estaduais. Foram vinte e sete encontros e mais de nove mil participantes. Após debate Consed e Undime entregaram ao MEC o Relatório de Contribuições com base em análise realizada por pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) para a elaboração da Terceira versão.

Neste momento o Brasil vive um fato político que mudou a ideologia e a direção das políticas públicas. Após disputa pelo poder de comandar o país, sai a Presidente Dilma Rousseff e assume Michel Temer até então Vice-presidente da República, que se alia com partidos comprometidos com ideais neoliberais, neoconservadores e outros. O Ministro da Educação passa a ser Mendonça Filho. Uma das ações da nova gestão na educação é a instituição do Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio. Neste momento o MEC abandona a Comissão de Especialistas para a Elaboração da BNCC, passando a dar plenos poderes ao Comitê Gestor. O Art. 5º da Portaria diz que compete ao Comitê Gestor (BRASIL, 2016), acompanhar os debates sobre o documento preliminar da BNCC; convidar especialistas para discutirem temas específicos da proposta em discussão da BNCC e sugerir alternativas para a reforma do Ensino Médio; propor definições, orientações e diretrizes para a elaboração da versão final e implementação da BNCC e de reforma do Ensino Médio; indicar especialistas para redigir a versão final da BNCC; e estabelecer orientações para a implantação gradativa da BNCC pelas redes de ensino públicas e privadas. O Comitê Gestor é presidido pela Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, conforme determinou a portaria. Este comitê passa a comandar a elaboração da BNCC e escolhe os especialistas do Brasil e de outros países para analisar a Segunda Versão.

Em abril de 2017 o MEC entrega a Terceira Versão da BNCC, que segue para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Aqui a base ganha uma nova ideologia. O Ensino Médio alvo da reforma, sai do texto do documento nesta versão e surgem as 10 Competências Gerais como fundamentos pedagógicos da base. Todos os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os Objetivos de aprendizagem passam a estar a serviço das competências. Apesar da ampla discussão e debate das versões anteriores, a BNCC apresenta-se com a estrutura geral preservada, mas o conteúdo alterado. Muitas forças brigam na elaboração do documento, o campo educacional que já era de disputas, agora agrega disputas explícitas fora do campo educacional, de interesses de mercadológico, envolvendo empresários, políticos e uma rede com interesses na abertura do campo educacional para o mercado. Logo de início o Movimento pela Base passa a apoiar o MEC na elaboração da BNCC e ter uma grande participação nas discussões sobre temas importantes para a educação. Esta versão traz o apoio do Movimento pela Base escrito na primeira página. Em continuidade ao processo, de junho a setembro de 2017 o CNE realizou audiências públicas, uma em cada região do país, para ouvir a sociedade sobre o texto da BNCC.

De outubro a dezembro de 2017 o CNE emitiu Parecer sobre a BNCC e esta foi homologada. Apesar das manifestações contrárias à aprovação da base, ela foi proclamada como documento legal e a implementação que já vinha sendo pensada, ganhou força total. O documento final da BNCC manteve a ênfase nas Competências Gerais como norteadora do currículo de todas as etapas da Educação Básica. No texto Competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais) atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017, p. 08). Desta forma fica estabelecido que no Brasil a “Educação é a Base”, e esta base deverá ser formada pelo desenvolvimento das competências gerais. Competências que dizem estar comprometida com o pleno exercício da cidadania, como se todos os brasileiros e brasileiras não nascessem cidadãos, precisassem desenvolver competência oriundas de princípios mercadológicos para ter este direito e para resolver demandas do mundo do trabalho. Ao pobre, ao trabalhador o básico em educação, básico e igual para todos.

Ao trabalhador, o básico; às elites, a formação ampla. É como se garantir ao aluno o acesso ao básico, redimisse a sociedade de ter promovido a desigualdade social que o vitimou, abrindo-lhe as portas do sucesso, agora, na dependência de seu empenho. Daqui para a frente, depende dele. No entanto, a promoção da pobreza que colocou a ele e seus pais, desde os primeiros anos de vida, em condição de desvantagem social, não é problematizada pelos reformadores. Qualquer referência a isso é considerada uma “desculpa para não ensinar”. (FREITAS, 2014, p. 06)

Os reformadores educacionais não estão interessados nas desigualdades sociais e na diversidade cultural, igualar todos e ensinar os mesmos conteúdos é mais importante porque possibilita avaliar, medir e intervir para atingir o objetivo final, no caso as competências gerais. Embora o discurso seja de que a base serve para rede pública e privada, para todos os estudantes brasileiros, sabe-se que será na educação pública que ela será implantada, controlada, avaliada e cobrada. E para aquelas escolas e estudantes que não obtiverem sucesso, cabe a responsabilização pelo fracasso, pela falta de resiliência. Para aqueles que vencerem os obstáculos e alcançarem os objetivos, a meritocracia, os prêmios e o reconhecimento, afinal na lógica do mercado cada sujeito é um empresário de si (FOUCAULT, 2010, p.286), sendo para si mesmo o seu próprio produtor, sendo a fonte de seus próprios rendimentos.

O Movimento pela Base e a influência na produção do texto do documento BNCC

O Movimento pela Base Nacional Comum surgiu em 2013 e possui uma página na internet, com itens para acesso público como: A construção da BNCC, Quem Somos, Implementação, Biblioteca, Acontece.

Consta na referida página, em “Quem somos” informações sobre, O que é o Movimento pela Base, Pessoas, Apoio Institucional, 7 Princípios para a construção da Base e Conceito. Buscando compreender o movimento será abordado a seguir cada item de “Quem somos”. Iniciando com, o que é o Movimento? “O Movimento pela Base é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade.” (MOVIMENTO PELA BASE, 2018b) É possível acessar as pessoas que fazem parte do Movimento, recebendo uma breve informação sobre estas e seguida de uma listagem contendo nomes e suas respectivas funções. Na descrição de “Pessoas”:

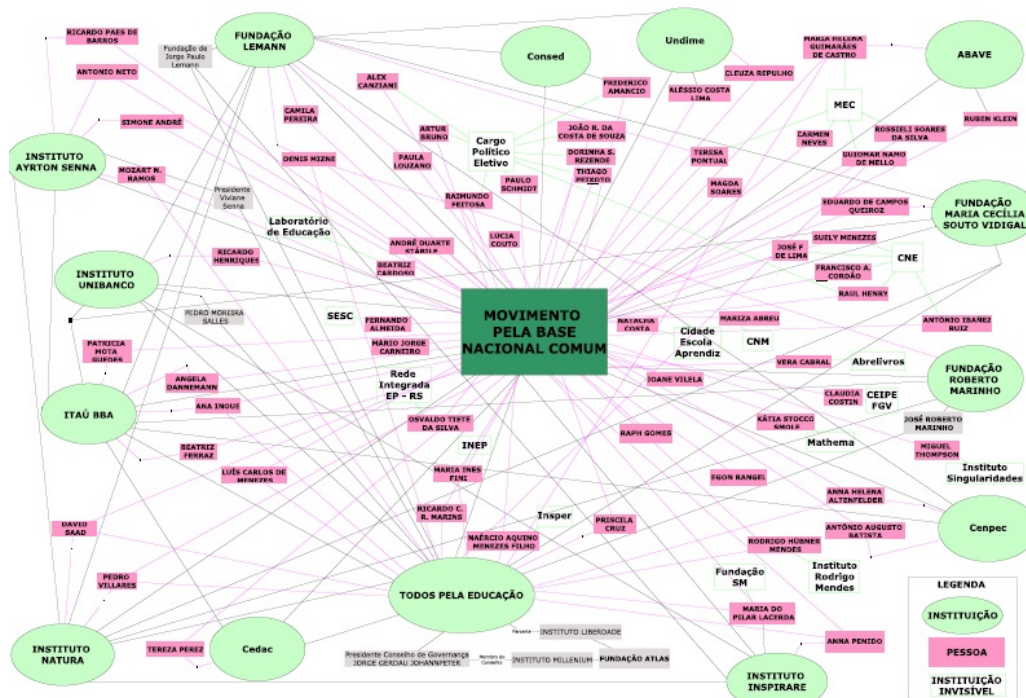
O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas. (MOVIMENTO PELA BASE, 2018b)

Ao todo são 63 pessoas que fazem parte do Movimento, e estas são apresentadas no grupo geral de pessoas, separado das instituições parceiras.

Em “Apoio Institucional” o Movimento apresenta seus parceiros: Abave, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto

Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Undime. São 14 instituições parceiras do Movimento, apresentadas individualmente e sem ligações entre elas, no entanto, consultando a página de cada uma delas é possível ver no *link* "Parcerias", que estas se ligam entre si, e algumas instituições concentram as ligações de quase todas as demais, seja como apoiadoras ou apoiadas. As pessoas citadas como integrantes do grupo que compõe o Movimento pela Base também são ligadas às Instituições apoiadoras, e à Instituições não mencionadas como apoiadoras, mas possível de identificar a relação, como mostra a rede a seguir. É importante salientar que nesta rede de ligações entre pessoas e instituições e entre as instituições, foram utilizadas somente informações oficiais disponibilizadas.

Figura 1 Rede do Movimento pela Base



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Movimento pela Base, disponível em <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos>> Acesso em: 12 de mar. de 2018, e nos demais sites utilizados na pesquisa.

Pode-se observar na rede apresentada que o Movimento pela Base está apoiado em instituições na maioria empresariais, que se ligam umas às outras, e 11 das 14 instituições são ligadas diretamente ao "Todos pela Educação". O Todos pela Educação (TPE), foi fundado em 2006 como movimento social, por presidentes de diversas empresas brasileiras, como os bancos Itaú, Bradesco e Santander, o Grupo Gerdau e DPaschoal. Presidido por Jorge Gerdau Johannpeter, um dos bilionários brasileiros, que é membro do Conselho do Instituto Millenium. O TPE também é parceiro do Instituto Liberdade, que é citado na rede organizada por Ball (2014, p. 51) com ligação à Fundação Atlas de Pesquisa Econômica. A Atlas tem sua sede na Virgínia – EUA, com uma rede global de mais de 400 organizações de mercado livre em mais de 80 países para obter ideias e recursos necessários para promover a causa da liberdade. De acordo com Ball (2014, p. 50), a Atlas acredita que "as perspectivas para sociedades livres em todo o mundo dependem de 'empreendedores intelectuais' na sociedade civil, que desejam melhorar debates sobre políticas públicas por meio de pesquisas sólidas". Desta forma a ideia de uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis defendida pela Atlas tem relação com os ideais de formação de sujeitos e subjetividades do TPE, que é a Instituição que predomina nas ligações com outras instituições e com pessoas na rede do Movimento pela Base.

A Fundação Lemann se liga com dez instituições do Movimento, algumas são parceiras e outras são apoiadas pela fundação de Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil e 19º entre os mais ricos do mundo, considerado o "rei da cerveja" (BORGES, 2016), que fez sua recente aposta na Escola Eleva, com foco no ensino médio.

Além da ligação entre as Instituições divulgadas como apoiadoras do Movimento pela Base, e entre as Pessoas e Instituições, há ligações das Pessoas com outras Instituições não mencionadas como apoio pelo Movimento, estas ligações foram representadas na rede como Instituições Invisíveis.

As pessoas físicas citadas como apoiadoras do Movimento, num total de 63, aparecem em diferentes grupos, sendo que: 05 são políticos eleitos para exercer cargos públicos, 04 são Secretários de Educação e ex-secretários de Secretarias Municipais e Estaduais, 07 são consultores de educação das Instituições, 08 atuam como professores, 10 são membros e ex-membros do CNE, MEC e INEP e 29 são cargos de gestores das Instituições, presidentes, gerentes, diretores, superintendentes, economista-chefe e membros de conselhos administrativos. Portanto, diferente do que apresenta-se no comentário que encabeça a lista no site do Movimento, a maioria das pessoas são cargos das instituições parceiras, administradores de gestão econômica que se juntam aos consultores de educação ligados às fundações e instituições, somando-se 36 pessoas, mais da metade do número total do Movimento. Em seguida estão os cargos políticos, que englobam os políticos eleitos e cargos de secretários municipais e estaduais e integrantes do MEC, somando-se 19 pessoas. Professores são somente 08 no movimento, uma inversão do que se pretendia com a Comissão de Especialistas para a elaboração da proposta da BNCC.

Dentre as pessoas apresentadas como apoiadoras do Movimento, duas delas chamam atenção, seja pela relação com Instituições que lideram as ligações na rede do Movimento, seja pelos seus cargos no MEC assim que assumiu o presidente Temer. São elas, Maria Helena Guimarães de Castro e Teresa Pontual. Maria Helena é uma das sócias-fundadoras do TPE, membro da comissão técnica do movimento e faz parte do conselho científico da ABAVE. Assumiu a Secretaria Executiva do MEC em 2016 e está à frente das reformas educacionais almejadas pelas instituições que representa, presidindo o Comitê Gestor da BNCC. Quanto à Teresa Pontual, sua influência é importante devido à ligação com a Fundação Lemann da qual foi bolsista, especialmente a influência na reforma do ensino médio. Foi nomeada em setembro de 2016 como Diretora de Currículos e Educação Integral do MEC.

No *link* "Quem Somos", o Movimento pela Base também apresenta os "7 princípios para a construção da Base Nacional Comum". 1. Foco nos conhecimentos, habilidades e valores essenciais. 2. Clareza e objetividade. 3. Fundamentação em evidências de pesquisas nacionais e

internacionais. 4. Obrigatoriedade para todas as escolas. 5. Diversidade como parte integrante. 6. Respeito à autonomia dos sistemas de ensino para a construção de seus currículos. 7. Construção com colaboração entre União, estados e municípios e com a realização de consultas públicas. (MOVIMENTO PELA BASE, 2018b) De acordo com o que diz o Movimento, os princípios servem para nortear a construção da BNCC, para que promova equidade educacional.

No *link* "Conceito" a página apresenta "Entenda em profundidade as ideias e os princípios defendidos pelo Movimento pela Base Nacional Comum no Documento Conceito: Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum". Em cinco itens o documento explicita as defesas do Movimento em relação à BNCC. No primeiro item fala sobre a importância do acesso das crianças e jovens à escola de educação básica na idade certa, bem como a permanência e conclusão. Argumentando que os estudantes devem adquirir aprendizados para uma vida plena, o que inclui segundo o texto, o desenvolvimento socioemocional e afetiva inserção na sociedade do conhecimento. Refere-se ainda às condições que a escola deve ter para garantia do direito à educação como: infraestrutura, pessoal e pedagógica, afirmando em seguida que a educação brasileira tem grandes dificuldades nesta questão e a solução exige ações concomitantes nas três dimensões. Segue relatando sobre as dificuldades relativas aos professores: falta de professores, baixos salários e desprestígio da carreira, formação inadequada.

No segundo item o texto do documento aborda o projeto de nação explicitado pela Constituição de 1988, e o papel da educação. Também argumenta que a ausência de uma base enseja que as avaliações externas como a Prova Brasil prescrevam o currículo, quando o contrário deveria acontecer. Defendendo uma organização para produção de materiais didáticos e formação de professores. No terceiro item do documento reafirma a defesa da construção de uma base comum, argumentando que esta respeita a orientação do artigo 205 da Constituição Brasileira que estabelece como objetivo da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Finaliza afirmando que a BNCC precisa considerar as muitas habilidades não cognitivas, como: responsabilidade, disciplina, abertura a novas experiências, capacidade de trabalhar em grupos, respeito às diferenças, capacidade de enfrentar e resolver problemas.

No quarto item do texto, busca-se esclarecer e dar ênfase para alguns pontos e declara que o primeiro passo na construção da BNCC é a crença que a educação de qualidade é um projeto de desenvolvimento do país, para isto deve ser apoiada por agentes públicos e privados. No quinto item ressalta que a BNCC não deverá ser confundida com um currículo nacional comum, enfatizando propor-se que os currículos de cada escola terão similaridades em relação às aprendizagens esperadas. Desta forma o documento encerra sua proposta, dizendo ser uma aposta otimista que tem a finalidade de colocar o país no rumo para uma educação de qualidade.

A partir do momento político em que o Brasil teve a troca presidencial e o Movimento pela Base, ganha destaque na construção da BNCC, e passa a divulgar muitos materiais, disponível em sua página na internet e de instituições parceiras. É o caso da publicação em parceria do Consed e Undime, denominada "Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: Orientações para o processo de implementação da BNCC. Um Guia feito por gestores, para gestores." (UNDIME, 2017a) Apresenta orientações para a implementação da base nos municípios do país, e sugere alguns materiais como "O que significa ter uma Base com foco em competências? Vídeo com entrevista feita com Anna Penido, do Instituto Inspirare, sobre as competências na BNCC." Outra sugestão é "Entenda as 10 competências que orientam a Base Nacional Comum. Infográfico que facilita a compreensão das 10 competências gerais da 3ª versão da BNCC." O infográfico das competências sugerido faz parte do documento "Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC", elaborado pelo Movimento pela Base. O Guia de implementação de 2017 passa por adaptação em 2018, e apresenta-se com a realização do MEC, Consed, Undime, União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE) e com apoio técnico do Movimento pela Base.

Já o MEC lançou dois textos para explicar as mudanças na 3ª versão da BNCC, "Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: BNCC Versão 3", que traz na introdução "Conteúdos curriculares a serviço do desenvolvimento de competências" (PORTAL DO MEC, 2017). Destaca os três grupos de competências gerais da BNCC: competências pessoais e sociais, cognitivas e comunicativas. O outro texto, "Base Nacional Comum Curricular: processo de elaboração, princípios e conceitos", abordou a construção da base, e a estrutura da Versão 3. (UNDIME, 2017b). No item fundamentos pedagógicos da BNCC, apresenta "os conteúdos curriculares a serviço do desenvolvimento de competências", e como inovação apresenta a associação dos objetivos de aprendizagem e componentes curriculares a três grandes grupos de competências gerais a serem desenvolvidas na escola.

Portanto fica evidente que a rede do Movimento pela base influenciou o texto final do documento da BNCC. O currículo como campo de disputa abriga agora também os ideais mercadológicos, e como era desejo do Movimento, a BNCC passa a ser apoiada pelos agentes privados. Ocorre que o discurso era pelo apoio de agentes públicos e privados, mas na prática a influência maior foi dos agentes privados.

O Movimento pela Base e a ênfase dada às Competências na BNCC

Na página do Movimento pela Base, um dos materiais divulgados é um artigo escrito por Guiomar Namó de Mello, "Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas". Este texto apresenta além do histórico do currículo brasileiro, a ideologia da autora, defensora das reformas educacionais, que é ligada ao Movimento pela Base. Define competência de acordo com as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que segundo ela, depois da reunião da UNESCO em Jomtien - 1990, passou a orientar os rumos da educação. "O resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como a possibilidade de operar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes." (MELLO, 2014, p. 08) A autora segue dizendo que este novo paradigma, com maior ou menor resistência, vai sendo adaptado e adotado em diferentes países. Em seu posicionamento a autora evidencia que os conteúdos disciplinares devem servir às competências, assim como ocorreu posteriormente com a BNCC. O artigo continua argumentando que as dificuldades no currículo brasileiro derivam também de questões ideológicas, que imobilizaram debates e iniciativas neste tema.

Vários setores da educação afirmam que o enfoque por competências submete a educação à lógica do mercado, o que tem levado a malabarismos semânticos na busca de sinônimos para substituir a palavra "competência". Atualmente os termos mais cotados nas hostes pedagógicas são "expectativas de aprendizagem" para alguns ou, para quem quiser parecer ainda correto politicamente, a expressão "direitos de aprendizagem". (MELLO, 2014, p.12)

O texto da autora deixa a impressão de que é impossível resistir a determinação da OCDE, que orienta para o desenvolvimento das competências na educação escolar, especialmente nos países pobres. Ainda faz uma ligação de competências com a expressão "direitos de aprendizagem", utilizada na BNCC e defendida especialmente nas duas primeiras versões do documento. Para finalizar a autora diz que é preciso superar a anomia curricular. Considerando que o artigo foi escrito anterior a construção da BNCC, vê-se uma grande esperança de que a educação brasileira adotasse um currículo único com foco nas competências, ideia defendida também por institutos, fundações, mídia, políticos e empresários, como a própria autora escreveu.

Outro material indicado pelo Movimento pela Base foi a pesquisa realizada e divulgada pela Fundação Lemann, intitulada "Projeto de Vida" (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018). Com o objetivo de analisar a capacidade das instituições de ensino de propiciar os meios necessários para os jovens atingirem seus objetivos na vida adulta. Segundo a divulgação feita, a principal conclusão apontou que existe uma grande desconexão entre o que é exigido dos jovens fora da escola e o que é ensinado nela. Duas especialistas analisam as disciplinas de Português e Matemática, apontando possíveis caminhos para a BNCC. Elas também enfatizam que, a nova base deveria focar em quatro questões centrais: ser atrativa para o aluno, aliar competências e conteúdos, correlacionar habilidades e incluir habilidades socioemocionais.

Destacando que habilidades comportamentais como: proatividade, autonomia, curiosidade e comprometimento podem ser ensinadas em sala de aula. A pesquisa aponta ainda que faltam competências de comunicação, raciocínio lógico e resolução de problemas. O relatório enfatiza que os resultados apontam questões importantes no momento em que uma Base Nacional Comum está sendo construída pelo governo e afirma que com foco em conteúdos, os currículos acabam deixando de lado o ensino de habilidades e competências e os jovens saem da escola sem saber como colocar os conhecimentos em prática. O texto de divulgação da pesquisa revela o interesse da Fundação Lemann no desenvolvimento das competências e habilidades, inclusive sugerindo algumas de acordo com a pesquisa, sugestões estas que aparecem na BNCC nos três grupos de competências gerais.

O Movimento pela Base disponibilizou em sua biblioteca virtual o “Glossário de Terminologia Curricular”, considerando-o como um instrumento de trabalho de referência para apoiar iniciativas de desenvolvimento de currículos. O Glossário publicado em 2013, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Bureau Internacional da UNESCO, nos créditos da versão em português, publicada em 2016, tem a Coordenação do Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil, a tradução de Rita Brossard e a revisão técnica de Guiomar Namó de Mello. Na consulta ao Glossário “Competência geral - Ver “Competência essencial” e Habilidade para o século XXI.” Seguindo o caminho a busca foi por “Competência essencial”.

Na União Europeia, definem-se competências essenciais como a soma de habilidades (habilidades básicas e habilidades básicas novas) necessárias para viver em uma sociedade do conhecimento contemporânea. Em sua recomendação sobre competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, em 2006, o Parlamento e o Conselho Europeus estabeleceram oito competências essenciais: comunicação na língua materna; comunicação em outras línguas; competências em matemática, ciência e tecnologia; competência digital; aprender a aprender; competências interpessoais, interculturais e sociais e competência cívica; empreendedorismo; e expressão cultural (Fonte: CEDEFOP, 2011). **Consideração sobre o contexto brasileiro:** Ver também o escopo de competências que constituem a referência do exame PISA, desenvolvido pela OCDE, disponível em <<http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/definitionandselectionofcompetenciesdeseco.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2015. (UNESCO, 2016, p.27)

Conforme indicou o glossário, ver o escopo das competências que são referência para o PISA, desenvolvido pela OCDE. Neste sentido o próximo passo foi acessar a página na internet e o endereço eletrônico indicado levou a um texto intitulado “Definição e Seleção de Competências (DeSeCo)”.

A importância do conhecimento, habilidades e competências para os indivíduos e a sociedade é amplamente aceita pelos formuladores de políticas nos países da OCDE. Pelo menos no nível do discurso, uma cidadania bem-educada e altamente qualificada é vista como desempenhando um papel eminente no enfrentamento dos desafios do presente e do futuro. Até o momento, o principal impulso nos países da OCDE para os esforços na área de competências-chave veio do setor empresarial e dos empregadores. Do ponto de vista puramente econômico, as competências dos indivíduos são vistas como importantes porque contribuem para: impulsionar a produtividade e a competitividade do mercado; minimizar o desemprego através do desenvolvimento de uma força de trabalho adaptativa e qualificada; e criando um ambiente para a inovação em um mundo dominado pela concorrência global. (OCDE, 2018)

O texto da OCDE afirma que o currículo do futuro se tornou o tópico favorito dos discursos políticos e centro dos esforços voltados para a reforma da educação. E o “conceito de competências-chave tornou-se um componente vital no vocabulário de formuladores e reformadores de políticas educacionais.” Finaliza o texto explicando que Definição e Seleção de Competências (DeSeCo) foram iniciados para fornecer um ponto de referência para o desenvolvimento de indicadores e interpretação de resultados empíricos, incentivar um processo iterativo entre trabalho teórico e empírico e, eventualmente, fornecer *feedback* para a política educacional. No caso da BNCC pode se ver a estreita relação das competências com o conceito da OECD, conforme glossário indicado pelo próprio Movimento pela Base.

Dentre os materiais disponibilizados no *site* do Movimento, há outra publicação, que promete ajudar professores a compreender as dimensões das Competências Gerais. “Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC” (MOVIMENTO PELA BASE, 2018c) O texto apresenta as competências gerais, enfocando cada uma delas e caracterizando. Segundo explícito no texto o objetivo é apoiar redes de ensino, escolas e professores a compreender as Competências Gerais da Base e como elas progridem ao longo da Educação Básica. Com a intenção de facilitar a sua inserção em currículos, práticas pedagógicas, materiais didáticos e processos de avaliação da aprendizagem. Diz tratar-se de um material orientador, que detalha as dimensões e sub-dimensões que compõem cada uma das 10 Competências Gerais, indicando como elas devem evoluir da Educação Infantil até o Ensino Médio. O texto de apresentação esclarece que as Competências Gerais integram o capítulo introdutório da BNCC e foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos, assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21. O Movimento divulga nesta publicação um infográfico das competências, em que as dez competências gerais são apresentadas e interpretadas, descrevendo-se: O que? Para que?

Todos estes textos citados mostram que o Movimento pela Base abertamente apoia e estrutura a inclusão das competências gerais na BNCC. Competências que atendem aos ideais mercadológicos, selecionadas, citadas e apoiadas pelas instituições empresariais que buscam um investimento em capital humano. Sabemos que um capital humano, um indivíduo produzido, implica em causas genéticas e causas adquiridas.

Não há dúvida de que é mais do lado do adquirido, ou seja, da constituição mais ou menos voluntária de um capital humano ao longo da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análises são apresentados pelos neoliberais. Que significa formar capital humano, formar essa espécie de competência-máquina que vai produzir rendimentos, ou que vai ser remunerada pelo rendimento? Significa, evidentemente, fazer aquilo a que se chama investimentos educativos. (FOUCAULT, 2010, p. 289)

Talvez sejam estes investimentos educativos que as empresas com suas instituições e fundações estejam interessadas em realizar. O investimento em capital humano é algo que perpassa pelas intervenções na família, na gestação, nos cuidados da mãe com o bebê, na entrada da criança na creche, durante a educação básica como um todo, e segue... Talvez por este motivo as instituições empresariais estejam investindo em ações desde a maternidade até formação inicial e continuada.

Considerações Finais

Considerando que a educação é a indisciplina do pensamento, para pensar o que a ordem e a hierarquia não permitiriam pensar (KOHAN, 2007) e que a escola como *skholé* é lugar de ócio, tempo livre, estudo e ensino (MASSCHELEIN, SIMONS, 2017), fazer negócio com a escola, com a educação, é negar o ócio, negar o direito dos estudantes. Em um contexto em que a educação está virando negócio, interesse de mercado, em que as verdades sobre o que se deve pensar e como se deve pensar estão sendo impostas por um grupo dominante, talvez seria um ato de resistência analisar quem fala, de onde fala e com quais interesses, durante a produção de texto das políticas públicas educacionais. Quem sabe olhar estas influências permita pensar de outras formas e reinventar a escola em vez de condená-la, vendê-la ou destruí-la.

Referências

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BORGES, Helena. Conheça os bilionários convidados para “reformular” a Educação Brasileira de acordo com sua ideologia. Disponível em

<<https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>>
Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, Brasília: MEC/SEB/DCEI, julho 2014. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/biblioteca/GT_Direitos%20a%20Aprendizagem_03jul2014.pdf>

_____. **Portaria Nº 592**, de 17 de junho de 2015. Institui a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <[file:///C:/Users/Sony/Downloads/portaria-mec-n-592-bnc%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Sony/Downloads/portaria-mec-n-592-bnc%20(2).pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. **Portaria Nº 790**, de 27 de julho de 2016. Institui o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=46471-link-port-790-base-curricular-pdf&category_slug=julho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf> Acesso em: mar.2018.

FUNDAÇÃO ITAÚ. Disponível em <<https://www.fundacaointaunibanco.com.br/>> Acesso em: abr. 2018.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/>> Acesso em: abr. 2018.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Disponível em: <<http://www.frm.org.br/>> Acesso em: abr.2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. Projeto de Vida. Disponível em <<https://fundacaolemman.org.br/materiais/projeto-de-vida>> Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em <<http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>> Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO INSPIRARE. Disponível em: <<http://inspirare.org.br/>> Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO NATURA. Disponível em: <<http://www.institutonatura.org.br/>> Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO UNIBANCO: Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/>> Acesso em: abr. 2018.

KOHAN, Walter O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: (novos) ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MELLO, Guiomar Namó de. Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/08/guiomar_pesquisa.pdf> Acesso em: abr. 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **Biblioteca**. 2018a. Disponível em <<http://movimentopelabase.org.br/biblioteca/>> Acesso em:12 de mar. 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem somos**. 2018b. Disponível em <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 12 mar. 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC. 2018c. Disponível em <http://movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/BNCC_Competencias_Progre_sao.pdf> acesso em: abr. 2018.

OCDE. Definição e Seleção de Competências (DeSeCo). Disponível em <<http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/definitionandselectionofcompetenciesdeseco.htm>>acesso em: mar. 2018.

PORTAL DA BASE. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: mar: 2018.

PORTAL DO MEC. Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: BNCC Versão 3. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bncc-apresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: fev. 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/>> Acesso em: abr. 2018.

UNDIME. Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: Orientações para o processo de implementação da BNCC. 2017a. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/21-08-2017-10-32-undime-e-consed-lancam-guia-de-implementacao-da-base-nacional-comum-curricular>> Acesso em: fev. 2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular: processo de elaboração, princípios e conceitos.2017b. Disponível em: <http://www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/seminario3101_mariahelena.pdf> Acesso em: fev. 2018.

UNESCO. Glossário de Terminologia Curricular. Disponível em <<http://movimentopelabase.org.br/referencias/glossario-de-terminologia-curricular-da-unesco/>> Acesso em: mar. 2018.